



EXPLORAÇÃO, COLONIALISMO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA NA VISÃO DE PABLO GONZÁLEZ CASANOVA

EXPLOITATION, COLONIALISM AND DEMOCRACY IN LATIN AMERICA IN
VISION PABLO GONZÁLEZ CASANOVA

Giuslane Francisca da Silva*

Resumo: O objetivo desse artigo é abordar as principais ideias de Pablo González Casanova desenvolvidas em sua obra “Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina”. Procuraremos expor de forma sucinta seus principais conceitos, ou seja, mostrar o que o autor entende por luta pela democracia, implantação do socialismo e seu conceito inovador de colonialismo interno. Buscamos mostrar sua análise a respeito da sociedade latino-americana assim como suas proposições que se baseiam na apresentação das relações sociais de exploração e marginalização, o colonialismo interno, a luta pela democracia, bem como as diversas formas de exploração e dominação internacionais.

Palavras-chave: Colonialismo. Exploração. Democracia.

Abstract: This paper objective is to approach the main ideas developed in Pablo González Casanova work “Exploitation, colonialism and the struggle for democracy in Latin America”. We intend to explain briefly the main concepts, in other words, to demonstrate what the author meant by struggle for democracy, socialism deployment and his innovative concept of internal colonialism. We intend to demonstrate his analysis about Latin American society, specially his propositions based on the presentation of the social relations of exploitation and marginalization, internal colonialism, the struggle for democracy, and the several forms of exploitation and international domination.

Keywords: Colonialism. Exploration. Democracy.

Recebido em: 05 de janeiro de 2016.
Aprovado em: 18 de setembro de 2016.

* Doutoranda em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: giuslanesilva@hotmail.com



Introdução

O presente trabalho tem como objetivo abordar algumas ideias do cientista político Pablo González Casanova, partindo de sua obra “Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina” (2002). O enfoque recai sobre as ideias políticas e sociais, como o colonialismo interno, as relações de exploração, dominação, marginalismo e luta pela democracia na América Latina, entre outras questões elencadas ao longo do trabalho.

O presente texto se divide em três momentos; no primeiro, apresentamos uma pequena biografia do autor, suas obras e experiência histórica, as pesquisas, espaços em que atuou e escreveu, enfatizando a relevância de alguns eventos para estruturação do pensamento de Casanova; no segundo momento discutimos as ideias políticas e sociais do autor que se encontram expostas na obra em questão e finalizamos com um balanço em relação aos conceitos defendidos por Casanova e trabalhadas no texto, com o intuito de demonstrar a pertinência (ou não) destas ideias.

Pablo González Casanova nasceu em Toluca no México em 1922. Estudou na UNAM (Universidade Autônoma do México), Colégio do México e Escola Nacional de Antropologia. Concluiu mestrado em Ciências Históricas, mais tarde se doutorou em Sociologia pela Universidade de Paris. Foi diretor do Centro de Investigações Interdisciplinares em Ciências e Humanidades (UNAM). Atualmente é professor na Universidade do México. Casanova construiu carreira acadêmica bem ampla, atuando em diversas instituições de ensino superior, sendo autor de diversas obras publicadas, entre elas podemos citar Sociologia de La explotación (1969) e La Democracia en México (1955).

Os diferentes acontecimentos políticos e sociais que se passaram na América Latina e no mundo influenciaram profundamente no desenvolvimento do projeto democrático contido na obra de Casanova, como por exemplo, os acontecimentos históricos de luta pela democracia que tiveram repercussão a nível mundial. Entre os acontecimentos decorridos na América Latina, podemos citar a revolução cubana de 1959, a Unidade Popular no Chile em 1970-1973, as ditaduras militares, a revolução em Nicarágua em 1979, a revolução em Chiapas em 1994. Podemos aqui citar também as mudanças que ocorreram a nível internacional, como a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim do bloco socialista (URSS) em 1991, bem como o processo de globalização.



Reafirmando que esses e outros acontecimentos foram relevantes para a estruturação do pensamento de Casanova, visto que ele passou grande parte da sua vida analisando as consequências do capitalismo estrangeiro e a partir deste, a formação do sistema de colonialismo interno. Categoria de análise elaborada pelo sociólogo para investigar o atual sistema de exploração interna nos países da América Latina, isto é, habitantes de um mesmo território/país que exploram membros dessa mesma sociedade, porém destituídos de capital.

Em 1948 foram criadas a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), dependente das Nações Unidas e do IBES (Instituto Latino-americano de Planificação Econômico e Social), que passaram a elaborar suas propostas tanto de políticas econômicas quanto de interpretação do desenvolvimento e mudança social, baseados no conceito de centro-periferia. No entanto, a Cepal não chegou a estabelecer um projeto de desenvolvimento, restringindo-se a examinar as razões do desenvolvimento/subdesenvolvimento, a economia de substituição de importação, o modelo associado de desenvolvimento e a sua transição para o capitalismo financeiro. Chegou a propor que alguns países mais desenvolvidos da América Latina, como o Brasil, a Argentina, o México e o Chile apresentavam “condições de fechar o ciclo da industrialização com a participação do capital estrangeiro, para transitarem da economia de substituição de importações para a de produção de bens de capital e de materiais estratégicos” (MACHADO, 1999, p, 205).

Em contraposição a essa teoria, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto também membros da Cepal, desenvolveram críticas à teoria cepalina e elaboraram um conceito baseado na sociologia, denominado de teoria da dependência, que em linhas gerais expressava a “concepção (...) mais acabada e radical do poder na América Latina” (ROSENMANM, 2002, p. 19).

A teoria dependentista, como ficou conhecida a teoria de Fernando Henrique e Enzo Faletto, defendia o desenvolvimento como resultante da conjunção entre grupos e classes sociais que possuíam um modelo de relação próprio e que, no entanto, carregavam valores e interesses diferentes, de modo que “essa oposição, conciliação ou superação dão vida ao sistema socioeconômico” (ROSENMANN, 2002, p. 19). Tal pensamento se deu a partir da tentativa de propor uma nova versão ao modelo neocolonial que já era conhecido desde o século XIX, momento no qual o sistema político das nações hegemônicas impôs às ex-colônias um modelo socioeconômico e político de exploração em nome do liberalismo triunfante (MACHADO, 1999).



Ao longo dos anos 1950 e 1960, as discussões acerca do desenvolvimento/subdesenvolvimento partiam do princípio de participação do capital internacional nas economias periféricas: se por um lado os investimentos do capital estrangeiro dinamizavam as economias, por outro, se tornavam em grandes obstáculos ao crescimento dos capitalismo internos.

Tais interpretações levaram a um círculo vicioso, pois se as economias subdesenvolvidas careciam de investimentos que não eram atendidos pela iniciativa privada para a ampliação da sua capacidade produtiva em razão da ausência histórica de acumulação interna (visto que o capital estrangeiro era muito presente) dos reduzidos salários e da exclusão do mercado da maioria populacional. Por outro lado, a política de importação de bens e serviços, contração de empréstimos para o melhoramento ou criação de infraestrutura e modernização dos meios de produção bem como a atração de capital estrangeiro levava à maior descapitalização e ao endividamento, visto que para tal, era necessário contrair empréstimos com altas taxas de juros a serem pagas, o que agravava a dependência externa, pois com frequência era preciso contrair empréstimos para cobrir outros (MACHADO, 1999).

Diferentemente dos idealizadores da teoria da dependência, sendo esta criada para deslegitimar os argumentos da Cepal, Casanova sem interferir nesse embate, elabora sua interpretação em relação ao processo de desenvolvimento da América Latina, trazendo como novidade para a discussão sobre a democracia latino-americana, o conceito de colonialismo interno, que se refere a exploração de um(a) determinado(a) país/sociedade por membros desse(a) mesmo(a) país/sociedade, ou seja, quando a exploração é realizada por membros de um(a) mesmo(a) país/sociedade, e não por qualquer outro.

Casanova procura pensar o sistema de exploração nas ex-colônias a partir da realidade em que se encontram atualmente, tecendo diversas críticas a antropologia clássica, pois em sua visão, mesmo esta tendo como papel de ajudar a conhecer a verdadeira face do explorado e do excluído, essa antropologia nunca pretendeu ser de fato anticolonialista. Para o cientista político uma ciência como a antropologia que se desenvolve na metrópole para a metrópole, não consegue (ou não busca) pensar a partir da colônia, pois para ele, os dados coletados por esta, são apenas descrições e não denúncias sobre a real situação em que as ex-colônias se encontram.

Discussões sobre exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina



Na obra “Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina” (2002), de Pablo González Casanova ao longo do livro o debate central recai sobre as relações sociais de exploração, do colonialismo interno e a luta pela democracia, assim como a exploração e dominação em países explorados pelo capitalismo estrangeiro. Uma ideia que Casanova discute exaustivamente nesse trabalho, e que fora formulada por ele, diz respeito ao colonialismo interno. De acordo com o cientista político, essa condição é muito frequente nos países subdesenvolvidos, entre eles o México. Esse quadro de exploração, também interno, obviamente é uma herança do colonialismo europeu do século XVI ao XVIII.

Um dos enfoques da referida obra de Casanova, é sobre o marginalismo, que de acordo com a concepção desse autor é, sobretudo, uma característica de representação do estar à margem do desenvolvimento de um país, nos aspectos, econômicos, sociais, políticos e culturais. Para Pablo González na América Latina o caso de diversos países, especialmente no México, foco da análise do cientista político, reflete o seguinte quadro:

não apenas apresentam uma distribuição muito desigual da riqueza, da renda, da cultura geral (...) mas com frequência - como é o caso do México - encerram dois ou mais conglomerados socioculturais, um superparticipante e outro supermarginal, um dominante - chamado espanhol, crioulo ou ladino – e outro dominado - chamado nativo, índio ou indígena. (CASANOVA, 2002, p.43).

O marginalismo, isto é, o estar à margem da sociedade, sem o direito de usufruir de todos os benefícios, até mesmo dos mais essenciais e bens produzidos por ela, gera conseqüentemente uma sociedade dual ou plural, com características diferenciadas tanto no plano político, quanto cultural e econômico, proporcionando os altos índices de desigualdade sociais e econômicas que presenciamos atualmente, sobretudo, nos países subdesenvolvidos. Casanova assinala que:

el marginalismo o la no participación en el crecimiento del país, la sociedad dual o plural, la heterogeneidad cultural, económica y política que divide al país en dos o más mundos con características distintas, se hallan esencialmente ligados entre sí y ligados a su vez con un fenómeno mucho más profundo, que es el colonialismo interno, o el dominio y explotación de unos grupos culturales por otros (CASANOVA, 1999, p. 73-74).

Para tanto, a sociedade dual ou plural resultante do marginalismo se encontra interligada e se conecta a um fenômeno denominado de colonialismo interno, ou seja, a dominação e a exploração de uma sociedade sobre seus membros, em condições econômicas desfavoráveis. O conceito de colonialismo interno proposto por Casanova demonstra que



colonialismo não diz respeito apenas à relação de dominação de uma sociedade/nação sobre a outra. Refere-se também às dominações dentro de uma mesma nação, social, econômica e culturalmente heterogênea. Em outras palavras, quando há uma forte diferenciação entre os grupos sociais de uma mesma nação também ocorrem relações de colonização. Quanto a isso, Casanova afirma que:

o “colonialismo” (...) acontece no interior de uma mesma nação, na medida em que haja nela uma heterogeneidade étnica em que se ligam determinadas etnias com os grupos e classes dominantes, e outras com os dominados. Herança do passado, o marginalismo, a sociedade plural e o colonialismo interno subsistem ainda hoje no México sob novas formas (CASANOVA, 2002, p.43-44).

Para Casanova tanto o colonialismo externo quanto o colonialismo interno, representam formas de exploração presentes em regiões mais distanciadas das metrópoles e que dependem do investimento do capital estrangeiro para se “desenvolverem”. O conceito de colonialismo interno sofreu no decorrer do tempo um amadurecimento, passando a relacionar-se também com a exploração dos trabalhadores e com a transferência de excedentes das regiões dominadas para as dominantes. Dessa forma, o colonialismo interno pode ser definido levando em consideração três fatores. São esses:

primeiro, que o colonialismo interno dá-se no terreno econômico, político, social e cultural; segundo, como evolui o colonialismo interno ao longo da história do Estado-Nação e do capitalismo; terceiro, como se relaciona o colonialismo interno com as alternativas emergentes, sistêmicas e antisistêmicas, em particular as que concernem a “resistência” e a “construção de autonomias” dentro do Estado-Nação, assim como a criação de vínculos (ou a ausência de vínculos) com os movimentos e forças nacionais e internacionais da democracia, da liberação e do socialismo (CASANOVA, 2007, p. 431).

Segundo Casanova o colonialismo interno originou-se após o término da dominação das metrópoles sobre os nativos, quando ocorreu o fim do sistema colonial e se constituiu em um conjunto de relações no qual prevalece o domínio e a exploração entre grupos de culturas diferentes. Nesse processo os grupos sociais por terem ascendência europeia (os ladinos) se autodenominam como superiores aos demais (especialmente os indígenas), isso no caso do México, tomado como ponto de referência para essa discussão. E nesse propósito, a heterogeneidade cultural é um importante “elemento”, visto que possibilita falar tanto de diferentes culturas, como também em diferentes civilizações. Para Casanova, a definição do



colonialismo interno está ligada, especialmente ao fenômeno da conquista, como bem salienta o estudioso:

(o colonialismo) originalmente ligado a fenômenos de conquista em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal, ou que inicia um processo de libertação, de transição para o socialismo, ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal (CASANOVA, 2007, p. 437).

Partindo do México, Casanova afirma que a população que permanece marginalizada, vítima do México dual ou plural, conseqüentemente também permanece marginalizada do processo político. Embora o desenvolvimento do país ocorra, não pode alcançar a grande massa da população marginalizada que ainda permanece sem direito ao voto. Se levarmos em consideração que o ato de votar representa a participação no processo político, o fato de milhões de mexicanos não possuírem o direito ao voto, faz com que os mesmos permaneçam à margem do processo político, o que segundo o autor, impossibilita a implantação de uma autêntica democracia. Voltaremos a essa questão posteriormente.

A sociedade plural formada através do marginalismo, herança do período colonial, como salientado anteriormente, divide o México em dois, o Ladino e o Indígena. O segundo se constitui na sociedade marginalizada carregando os atributos de uma sociedade colonial, assim “as relações entre México ladino e o México indígena tipificam de uma forma muito mais precisa o problema da sociedade plural e do colonialismo interno” (CASANOVA, 2002, p.54).

Casanova aborda a questão da discriminação contra os indígenas, alegando ser este um problema cultural. Por isso, o indígena no México pode ocupar um cargo elevado, possuir status social “à altura dos brancos”, porém é discriminado, não por sua raça¹, mas sim pelo seu poder aquisitivo. O problema da discriminação contra os indígenas é um problema de uma sociedade vítima do colonialismo interno, na medida em que a comunidade indígena é uma colônia nos limites nacionais, possuindo as mesmas características da sociedade colonizada.

Para Casanova ambos “tipos” de colonialismos (externo e interno) também estão ligados à exploração de populações indígenas. Nesse sentido, tanto o colonialismo externo ligado ao capitalismo estrangeiro, quanto o colonialismo interno, subsiste graças à exploração

¹ Estamos aqui reproduzindo a terminologia utilizada pelo autor na obra em questão.



das sociedades marginalizadas, como por exemplo, os indígenas, como bem afirma o cientista político:

(...) o preconceito, a discriminação, a exploração de tipo colonial, as formas ditatoriais, a alienação de uma população dominante com uma raça e uma cultura e de outra população – dominada - com raça e cultura diferentes. O colonialismo existe onde quer que haja comunidades indígenas (CASANOVA, 2002, p.60- 61).

A partir do trecho acima, é possível perceber a presença de um marginalismo político exacerbado no México, uma sociedade marcada pela exploração do capitalismo internacional e nacional, de maneira que “existe um México social e politicamente marginalizado no que diz respeito à democracia, estabilidade política, progresso nacional e desenvolvimento econômico” (CASANOVA, 2002, p. 70-71). No entanto, essas características e condições não ficam restritas apenas ao México, mas de certa forma, são representações de sociedades que se encontram despossuídas do grande capital, ainda em processo de industrialização em grande massa e conseqüentemente são exploradas pelas metrópoles, oferecendo mão de obra e matérias primas baratas para produção de tecnologia que serão comercializadas a custos elevadíssimos.

Eduardo Galeano (2016) em “As veias abertas da América Latina” (2016) procura construir uma história da América Latina com ênfase na constante “exploração” pelas potências imperialistas. Nas linhas iniciais dessa obra, o autor já denuncia a situação dos países latino-americanos, explorados desde o período colonial pelas potências europeias e que em dias atuais carrega marcas profundas desse processo de colonização e exploração:

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta (GALEANO, 2016, p. 17).

Como foi possível perceber, a partir de um viés diferente de Casanova, o autor constrói ao longo do texto a história da América Latina, demonstrando que desde o período colonial os países latino-americanos foram explorados, meros fornecedores de matéria-prima e riquezas para as metrópoles.



Casanova assinala que além da exploração sofrida pelo capital estrangeiro, os marginalizados ainda são explorados pelo capital interno, que Casanova denomina como o fenômeno de colonialismo interno. O conceito de colonialismo interno é fundamental para compreender o modelo político proposto por Casanova. O caráter inovador desse conceito consiste no fato de que o mesmo possibilita visualizar uma condição já existente desde muito tempo na sociedade, sobretudo nos países subdesenvolvidos. O colonialismo interno segue o mesmo molde do colonialismo internacional, a diferença é que este consiste na exploração de uma mesma sociedade sobre seus membros em condições menos favoráveis.

O colonialismo existe como parte do *neocolonialismo*, que embora seja oculto e mediado, contribui para a reprodução dos sistemas de exploração e dominação da mão de obra e da sociedade, assim como a acumulação do capital nas mãos de poucos. As populações de origem colonial (também como partes do neocolonialismo) se encontram no centro da exploração e opressão, permanecendo excluídas e mediadas nas lutas entre classes intermediárias, o colonialismo e o capitalismo internacional. O colonialismo interno é, no entanto um conjunto de relações nas quais prevalece o domínio e a exploração entre grupos e culturas diferentes.

Passamos neste momento a discutir o conceito de *sociologia da exploração* proposta por Casanova, e que foi desenvolvido em contraposição as teorias de interpretativas até aquele momento, a saber, teoria cepalina e dependentista. A sociologia da exploração se constitui em um processo complexo que integra e dá outra significação à desigualdade, ao poder e ao desenvolvimento, sendo que “nem a igualdade, nem a liberdade, nem o progresso são valores que estejam além da exploração, mas são características ou propriedades desta (...) junto com a desigualdade, o poder e o desenvolvimento fazem parte da unidade que forma a relação de exploração” (CASANOVA, 2002, p. 130-131).

Desse modo, as relações de força, poder e falta de liberdade, atuam como fatores que se ligam a relação de exploração entre os detentores dos recursos de trabalho e os despossuídos de tais mecanismos, na medida em que o progresso, não surge casualmente, mas sim entrelaçado às relações de exploração. Sobre isso Casanova afirma que:

a sociologia da exploração surge não só como (...) possibilidade, mas sim como uma tarefa necessária (...) forma pela qual determina os conceitos sem medi-los e observá-los, a forma pela qual seleciona e especifica o comportamento das diferentes variáveis e fatores (...) pode ser (...) útil na determinação de um universo, cujas variantes só foram determinadas pela práxis revolucionária (CASANOVA, 2002, p.135).



Segundo Casanova, a exploração global é um problema histórico que se iniciou na agricultura quando os “homens a cavalo” começaram a roubar as colheitas dos camponeses, na atualidade ela abarca todo o conjunto do sistema capitalista. Atualmente as políticas de distribuição, retiram dos trabalhadores (das fábricas) a luta contra a exploração, procuram inibir as forças dos movimentos operários. Com a pretensão de deter os trabalhadores, a classe dominante integrou parte deles ao processo de “refuncionalização do “capitalismo de Estado” ou do “socialismo de Estado” até sua recuperação e integração ao capitalismo neoliberal monopólico e imperialista (...) convertido em capitalismo global” (CASANOVA, 2002, p. 149), este por sua vez, se constitui no mecanismo de exploração global.

Os novos movimentos que lutam contra a exploração, defendem a necessidade de se criarem mediações, nas quais o conceito de “democracia para todos”, venha ser adotado plenamente, isto é, que todos os membros de uma determinada sociedade possam desfrutar de direitos iguais. Sobre a “democracia para todos”, Casanova afirma que a “exploração absoluta é macroeconômica e global e o neoliberalismo contribui para seu aumento e extensão com suas políticas de distribuição e apropriação” (CASANOVA, 2002, p. 150).

No que se refere à continuação da exploração em nome do capitalismo, seja estrangeiro, seja interno, Casanova assinala que a “chave da exploração continua sendo os Miseráveis da Terra. Uma das questões que são mais inaceitáveis é assumir que o problema principal da humanidade é que alguns homens exploram outros” (CASANOVA, 2011, s/p), o sociólogo acentua a exploração do homem pelo outro, e nesse sistema de constante busca pela acumulação de capital, os menos favorecidos, os destituídos de bens materiais (meios de produção) são o alvo/centro da exploração.

Casanova chama a atenção para o fato de que a luta contra a exploração foi e continua sendo uma luta de trabalhadores, que se sentindo explorados se unem constituindo os movimentos sociais em busca da democracia. O problema da exploração global acabou complicando-se através da política neoliberal que levou a distribuição desigual do produto e dos sistemas de produção e bens de serviços, agravando o quadro de exploração de uns pelos outros, ou seja, daqueles que possuem o capital e os demais que dispõem somente de sua força de trabalho que são, na maioria das vezes explorada pelos detentores do grande capital, tanto interno quanto externo.

Ao se referir às políticas neoliberais, Casanova afirma que são essas as responsáveis pelo aumento das transferências de riquezas da periferia para o centro, nesse sentido, o



sistema capitalista é em sua essência “mais” brutal do que o imperialismo monopólico. O neoliberalismo fez com que o peso dos custos da crise recaísse sobre países periféricos, atingindo também os trabalhadores do Centro.

No que diz respeito à democracia, Casanova defende a necessidade de junto com essa, fazer menção à repressão, tanto física quanto moral e econômica das classes dominantes sobre as demais, assim como a negociação, a representação, a participação e a mediação. Estudar a democracia, sem levar em consideração o capitalismo monopólico, o imperialismo e outras “formas” de exploração como a condição das categorias destituídas de capital e marginalizadas da sociedade ou deixar de abordar a repressão, a negociação e a representação que estão presentes na América Latina, é não analisar a democracia com a seriedade que lhe é merecida. Uma vez que essas questões são marcantes nos países colonizados perpassam a relação metrópole x colônia, durante o período colonial.

Para Casanova, a verdadeira luta pela democracia se constitui na luta pelo Estado não dominado pelas empresas transnacionais e monopólicas, pois assim como o autor afirma a terminologia em seu “significado original, não precisa fazer nenhuma definição: é o poder do povo” (CASANOVA, 2011, s/p). Para tanto, a luta pela democracia na América Latina esteve (está) associada das lutas em prol da igualdade de direitos entre os indivíduos, caracterizando o que ele chama de “democracia limitada”, que continua sendo em “última instância, uma luta pelo império das transnacionais e da reprodução ampliada e conquistadora do capital, que hoje domina em nível mundial” (CASANOVA, 2002, p. 159). O modelo de democracia defendido pelo González prima, sobretudo, “pela justiça social, pelo poder e pelo Estado”.

Não se pode compreender a América Latina sem considerá-la como pluriétnica, assim como a construção democrática, a participação popular e nacional, não pode deixar de representar essa sociedade. A democracia nos países latino-americanos só será realmente participativa e popular, quando se incluir as sociedades coloniais e neocoloniais, colocando-as como autônomas e como cidadãs, caso isso não ocorra, não poderá ser chamada de democracia. Essa colocação de Casanova, nos leva a compreender que muito embora os países latino-americanos se considerem democráticos, na realidade isso não se concretiza, uma vez que continuam existindo sociedades marginalizadas, em contrapartida, uma pequena parcela da população possui amplos privilégios frente a essas sociedades. Esse quadro, frequente nos países latino-americanos torna impossível a concretização de uma democracia efetiva, que pressupõe a igualdade social e política entre as membros de uma determinada sociedade e/ou país.



Casanova aponta a necessidade de lutar por uma democracia com a presença dos povos trabalhadores, baseada nos valores humanistas, que se contraponha aos poderes oligárquicos e todas as forças ligadas às empresas transnacionais, uma democracia de todos e para todos, na qual os cidadãos tenham liberdade para participarem do sistema político, assim como poderem usufruir de plena liberdade e participação no aparelho do Estado. Sobre isto, afirma:

A democracia com o povo e a nação é outra democracia (...) supõe (...) uma luta frontal contra a política aventureira do império e contra a que, usando a força do mercado financeiro, quer impor novas formas de acumulação de capital, mais concentradas e transnacionais (...) ou a democracia é de todos ou não é democracia (CASANOVA, 2002, p.171).

A batalha pela democracia deve ao mesmo tempo buscar a democracia e o socialismo, sendo a democracia enquanto método de governo e o socialismo como o modo de produção, pondo fim ao sistema capitalista e conseqüentemente a exploração. Entretanto, para que isso se efetive, toda a luta pela democracia precisa se apoiar em três bases sólidas, são elas:

1) Cancelar a dívida externa da América Latina e do Terceiro Mundo com a dívida dos orçamentos militares e de guerra; 2) Realizar uma reconversão do complexo militar-industrial, para exercer uma política de investimentos mundiais destinadas à produção de artigos para a maioria e a preservação do meio-ambiente e 3) Reconhecer que a hipocrisia é um fenômeno epistemológico e não somente moral, e que não se pode propor seriamente a democracia em uma América Latina terrivelmente explorada (...). Com o freio à hipocrisia epistemológica, deve-se pôr um freio ao empobrecimento, ao bloqueio e à pressão contra nossos povos. (CASANOVA, 2002, p.199)

A verdadeira democracia só efetivará a partir do momento em que houver igualdade social, econômica e cultural entre as sociedades e participação das massas no sistema político, caso contrário, toda sociedade que se diz democrática, mas que a desigualdade exista só pode ser uma falsa democracia:

El problema es que todas las democracias han sido excluyentes y que la falta de una democracia incluyente explica el fracaso de cada uno y de todos los proyectos humanistas. Parece así que la democracia incluyente no sólo es una utopía sino um caminho para que se cumplan las utopias que no se cumplieron y que em la Edad Moderna están e bellamente expressadas por “libertad, igualdad, fraternidade” (CASANOVA, 1997, p.04).



A luta por uma democracia popular, diz respeito à busca pela implantação do socialismo democrático, ao passo que a democracia limitada continua em “defesa” das grandes transnacionais e ampliação do sistema capitalista. Casanova reconhece e defende a necessidade de se implantar a democracia. Para tanto, a democracia apesar de garantir a liberdade de expressão e a crítica, não extingue com o conflito e se torna um método eficiente de controle político, na medida em que “a democracia é a forma de controle mais justa e humana, ao reconhecer os grupos particulares que integram a sociedade” (CASANOVA, 2002, p. 257-258).

Para Casanova, a democracia se constitui em uma utopia, pressupondo o “governo do povo pelo povo”, isto é, um regime político no qual o povo estaria a frente do poder, lutando em prol de seus interesses, daí a ideia de libertação da política daqueles que exploram o povo. A democracia constitui em elemento fundamental para o estabelecimento do socialismo, para González “não pode existir socialismo sem democracia” e citando o caso do México acrescenta “em um país como o México não pode existir democracia com colonialismo interno” (CASANOVA, 2011, s/p).

Apesar da principal proposta das democracias ser a inclusão de todos os indivíduos de um determinado país, Casanova alega que todas as democracias tem sido excludentes, havendo necessidade de batalhar por uma democracia que realmente inclua a massa populacional. A explicação referente a democracia tem sido de acordo com o cientista político pautada a partir de quatro conceitos, sendo estes o “do neocolonialismo (...), do socialismo (...), do comunismo (e) do nacionalismo revolucionário” (CASANOVA, 2002, p. 277). No entanto, a limitação no campo desses conceitos e a “refuncionalização” desses pelo sistema dominante, os tornou como partícipes do sistema que o projeto de democracia não-excludente busca derrubar. Em relação a isso, Casanova afirma que

privilegia-se a luta contra as mediações funcionais da dominação e, principalmente, a ‘construção das próprias instâncias mediadoras’ do projeto democrático, universal e includente. Não se privilegia a tomada do Estado - nação e a luta pela soberania do Estado. Privilegia-se a luta pelas autonomias e a autodeterminação de povos, etnias e nações (...) a sociedade civil e seus grupos desfavorecidos (CASANOVA, 2002, p. 278).



A democracia includente² luta pelo fim das mediações favoráveis às categorias dominantes, ao mesmo tempo em que busca uma democracia plural, participativa, assim como batalha pelo fim da marginalização, da exclusão e da exploração dos menos favorecidos, daqueles que estão às margens da sociedade e sem voz política.

Ao se referir ao socialismo, Casanova afirma que a luta por este é também a luta pela democracia e pela libertação, caso contrário a batalha será vaga. Nos dias atuais a prioridade da “nova história” deve pautar em compreender a luta pela democracia como poder e política, e mediante estes, a libertação e o socialismo, desse modo os três conceitos “constituem com respeito à livre autodeterminação dos povos, a única alternativa para a sobrevivência do mundo” (CASANOVA, 2002, p. 318).

Contribuições das categorias de Casanova para compreensão da condição das ex-colônias na América Latina

Casanova ao trabalhar os conceitos de exploração, colonialismo e democracia, trouxe a tona muitos problemas que “impedem” a instalação de uma democracia que inclua todos aqueles/as pertencentes a um determinado país, de participarem das decisões políticas, e conseqüentemente das decisões do Estado. Herança do processo de colonização, muitos países ainda carregam as marcas/consequências desse processo, na medida em que há claramente uma divisão social, no caso do México, exemplo adotado pelo autor, entre ladino e indígena, na qual o segundo se encontra a margem social, política e culturalmente falando.

Diante desse cenário, todos os modelos de democracia gestados até o momento são excludentes, na medida em que não há inclusão das sociedades colonial e/ou neocoloniais. Para tanto, Casanova defende a necessidade de uma democracia includente que busque incorporar as antigas sociedades coloniais e as neocoloniais, ou seja, as “vítimas dos colonialismos”, isto é, do colonialismo estrangeiro e colonialismo interno.

O novo modelo de democracia que Casanova defende, busca retirar os mecanismos que favorecem as classes dominantes, buscando também incorporar as categorias sociais até então excluídas pelos projetos de democracias em vigor. Pressupõe lutar contra o colonialismo interno que acarreta em um México dual ou plural, ou nos demais países latino-americanos, na medida em que se têm a exploração e dominação de uma categoria social

² Estamos aqui reproduzindo a terminologia utilizada por Pablo González Casanova, em sua obra “Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002”.



sobre outra. A proposta de uma democracia popular vem em detrimento da democracia limitada, que defende a atuação das empresas transnacionais e da hegemonia do capitalismo monopólico.

De acordo com Casanova as riquezas dos países periféricos, no caso países latino-americanos, são transferidas aos centros isto é, para os países detentores do grande capital. De modo que se exploram os países periféricos, com o intuito de que os aqueles que possuem o capital sejam beneficiados. A América Latina abasteceu desde o período de colonização e ainda continua alimentando as riquezas de poucas nações, especialmente as europeias e os Estados Unidos. O resultado desse histórico de exploração é que permanece subdesenvolvida, mantendo ainda suas estruturas coloniais, ao passo que as grandes potências desenvolvem-se desenfreadamente à custa dos países latino americanos em desenvolvimento.

Eduardo Galeado (2016) na obra já citada anteriormente assinala que a sina dos latino-americanos não foi causada por ocasião do destino, mas sim por uma intensa e desonesta exploração de suas riquezas naturais e mão de obra, que geraram um povo cujo engajamento varia de país a país. Desde o início da colonização da América Latina, as metrópoles exploraram ao máximo suas riquezas naturais, levando daqui, ouro, prata, pau-brasil, borracha, café, entre outros produtos e mercadorias, enriquecendo estados europeus e grandes comerciantes, entre eles traficantes de escravos na África. Os trabalhadores, por sua vez, eram em grande maioria nativos e escravos africanos, trocados por quinquilharias em seus países de origem. Ambos os escritores, Pablo González Casanova e Eduardo Galeano, a partir de perspectivas diferentes, abordam a exploração da América Latina pelos países europeus e o subdesenvolvimento daquela, advindo da exploração desses. Como afirma Galeano:

(...) para o mundo, América é tão somente os Estados Unidos, e nós quando muito habitamos uma sub-América, uma América de segunda classe, de nebulosa identidade. É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos dias atuais, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mias tarde norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder (GALEANO, 2016. p.16).

Voltando a discussão, a obra de Casanova tece várias críticas ao modelo tradicional do marxismo. O sociólogo se distancia desse tipo de análise e busca mostrar a teia de relações



que se travam entre os indivíduos, assim como os mecanismos de exploração do homem pelo homem.

Considerações Finais

Ao longo desse trabalho discutimos algumas ideias defendidas por Pablo González Casanova, entre elas o colonialismo interno, conceito formulado por ele, e que se contrapõe aos demais conceitos de análises promulgados pela Cepal e pela teoria da dependência. Os estudos de González demonstram que embora o processo de colonialismo tenha chegado ao fim, ainda permanece o colonialismo interno, isto é, quando a exploração ocorre entre os membros de uma mesma sociedade. Desse modo, o colonialismo deixou de ser exercido pelas metrópoles e passou às mãos de capitalistas internos.

Com um olhar crítico e inovador, Casanova propõe a instalação do socialismo e de uma democracia para todos, que não sejam iguais aos modelos que existem até o momento, sendo fortemente excludentes. Defende uma democracia que não exclua as “classes despossuídas”, mas que as considere como partícipes desta.

Para estudar a democracia é necessário que considere alguns fatores, como o capitalismo, imperialismo, repressão, exploração, negociação e o colonialismo interno, que se encontram presentes na América Latina, desconsiderar essas categorias se torna impossível a compreensão do conceito de democracia no continente latino-americano. A luta por uma democracia popular garante a implantação do socialismo democrático, ao contrário da democracia limitada, que permite a supremacia das empresas transnacionais.

Um dos fatores que impede a instalação dessa democracia incluyente, é o marginalismo, no qual grande parte da população latino-americana se encontra, este é uma característica de representação de se estar à margem do desenvolvimento do país, incluindo todos os aspectos. Consequentemente, o marginalismo acarreta uma sociedade dual ou plural, que se liga a um fenômeno denominado de colonialismo interno, representando uma dominação interna, entre os que possuem o capital e os despossuídos dele.

A sociologia da exploração integra e dá novas denominações à desigualdade, ao poder e ao desenvolvimento. Sendo assim, as relações de força e poder estão relacionadas às relações entre os detentores e despossuídos dos meios de trabalho. É justamente nesse processo é que surge o progresso, entrelaçado às relações de exploração.



A exploração global é tida como uma estrutura macroeconômica, representada atualmente pelo sistema capitalista. As políticas neoliberais atuam como responsáveis pela transmissão das riquezas da periferia para o Centro. Esta política atinge tanto a periferia, como também os trabalhadores do Centro, na medida em que ambos encontram-se despossuídos dos meios de produção, possuindo unicamente sua mão de obra, que na maioria das vezes é explorada por detentores do grande capital e conseqüente dos meios de produção.

Referências

BELATTO, L. F. B. **América Latina: 100 anos de opressão e utopia revolucionária.** Disponível em <<http://www.klepisdra.net/klepisdras/América-HTML>> Acesso em 15 de out. 2011.

CASANOVA, P. G. La democracia de todos. Conferencia pronunciada en el **XXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS)**, São Paulo (Brasil), , p. 211-226, 1997. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/casanova/10.pdf>

_____, P. G. **La sociedad plural: la democracia en México.** In: La democracia en México, México, Era, 1995, p. 89-126.

Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/casanova/05.pdf>
Acesso em: 03 set. de 2016.

_____, P. G. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina.** Tradução: Ana Carla Lacerda; Introdução: Marcos Roitman – Petrópolis - RJ: Vozes; Rio de Janeiro: LPP; Buenos Aires: CLACSO, 2002.

_____, P. G. **A teoria marxista de hoje: problemas e perspectivas.** Buenos Aires: CLACSO, 2007.

_____, P. G. O caminho para a democracia direta: entrevista com Pablo González Casanova. Rev. **Passa Palavra**, p: s/p. 2011. Disponível em:

<http://www.passapalavra.info/2011/12/50360> Acesso em: 29 de set. de 2015.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

MACHADO, L. T. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados.** [online], vol.13, n.35, 1999, p. 199-215.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; MARTINS, Carlos Eduardo; NOBILE, Rodrigo (Orgs.). **Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe.** 1ª. ed. São Paulo: Boitempo em co-edição com o Laboratório de Políticas Públicas, 2006.

ROSENMAN, M. In. CASANOVA, Pablo González. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina.** Petrópolis/ RJ: Vozes; Rio de Janeiro: LPP; Buenos Aires: CLACSO, 2002.